

ESP-COMANDO POL.AREA METROP.-12 (CPA/M-12)

## Termo de Referência 52/2026

## Informações Básicas

Número do artefato UASG

52/2026

Editado por

180363-ESP-COMANDO POL.AREA METROP.-12 (CPA/M-12) EDSON DE SANT ANA AMORIM

Atualizado em

26/03/2026 15:19 (v 0.3)

Status

ASSINADO

## Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

Número da Contratação

Processo Administrativo

057.00146614/2026-19

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de utensílios domésticos, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

	DESCRIÇÃO	CATMAT	CÓD BEC	Unidade de Medida	Qtde Total	Valor unitário	Valor total
01	Garrafa Termica; de Pressao; Com Capacidade de <b>1,8 Litro</b> ; Corpo Em Aco Inox; Ampola Em Vidro,devendo Esta de Acordo Com a Nbr 13282; Fundo de Polipropileno; Com Tampa Em Polipropileno; Com Alca; Lisa;	311751	1511173	1,8 Litros	63	R\$ 126,11	R\$ 7.944,93
02	Garrafa Termica; de Tipo Galao /Botijão, Com Torneira para Servir; Com Capacidade de <b>6 Litros</b> ; Corpo Em Polipropileno (pp); Ampola Em Isolamento Termico Com Espuma de Pu (poliuretano)livre de Cfc; Fundo Em Polipropileno (pp); Com Tampa Em Polipropileno (pp); Com Fechamento de Rosca; Alca Fixa para Transporte, Com Pes Retratil Altosde Apoio, para Uso Sobre Balcao/mesa; Lisa, Sem Decoracao;	630801	6022359	6 Litros	8	R\$ 206,26	R\$ 1.650,08

03	Garfo de Cozinha-refeicao; de Mesa; Em Aco Inox; Medindo No Minimo 198 Mm,27 Mm,21 Mm (cxlxa), Peso 0,05 Kg; Espessura Minima de (1,0)mm Na Lamina; Com Cabo de Aco Inox; Inox, acabamento Em Alto Brilho, Com Detalhes Em Alto Relevo No Cabo.; Sem Decoracao;	437873	5353475	Unidade	340	R\$ 13,25	R\$ 4.505,00
04	Faca de Cozinha-refeicao; de Mesa, para Churrasco; Em Aco Inox; Medindo No Minimo Corpo (203mm), Cabo (120mm); Espessura Minima de (1,0)mm Na Lamina; Com Cabo de Aco Inox; Sem Decoracao	270149	5376181	Unidade	370	R\$ 9,74	R\$ 3.603,80
05	Colher de Cozinha-refeicao; de Colher Sopa,com Bojo Em Formato Simetrico e Bordasarredondadas; Em Aco Inox,aisi 430; Medindo No Minimo 176mmx47mmx23mm(cxlxa), peso 0,05 Kg; Espessura Minima de (1,00)mm; Com Cabo de Inox; Acabamento Em Alto Brilho, Com Detalhes Em Alto Relevo No Cabo	483978	5353564	Unidade	320	R\$ 13,54	R\$ 4.332,80
06	Colher de Cozinha-refeicao; de Sobremesa; Em Aco Inox; Medindo No Minimo 150mm; Espessura Minima de (1,20)mm; Com Cabo de Aco Inox; Sem Decoracao	465661	5411190	Unidade	220	R\$ 6,81	R\$ 1.498,20
07	Prato de Porcelana; Diametro Minimo de 23 Cm; Com Borda; Tipo Raso; Na Cor Branca; Sem Decoracao;	303999	5968690	Unidade	320	R\$ 32,60	R\$ 10.432,00
08	Prato de Porcelana; Diametro Minimo de 23 Cm; Com Borda; Tipo Fundo; Na Cor Branca; Sem Decoracao	304000	5968704	Unidade	370	R\$ 29,41	R\$ 10.881,70
09	Jarra; de Vidro, Graduada, para Uso Em Microondas; Capacidade						

	Minima para 1 Litro; Com Diâmetro Mínimo de 270 Mm; Altura Mínima de 131 Mm; Transparente; Sem Tampa;	440290	4449517	Unidade	54	R\$ 72,32	R\$ 3.905,28
10	Copo; de Vidro, Liso; Capacidade Mínima para 300ml; Com Diâmetro Mínimo de (64,9)mm; Altura Mínima de (130)mm; para Água; Incolor, Transparente, Sem Decoração; <b><u>6 unidades</u></b>	628196	4701984	Conjunto 6 unidades	74	R\$ 30,02	R\$ 2.221,48
11	Xicara; de Porcelana; Com Capacidade Mínima de (80)ml; Diâmetro Mínimo Da Xicara (45) mm; Diâmetro Mínimo do Pires (105)mm; Altura Mínima Da Xicara de (55)mm; para Café; Na Cor Branca	220097	1547216	Unidade	195	R\$ 14,93	R\$ 2.911,35
12	Xicara; de Porcelana; Com Capacidade Mínima de (200)ml; Diâmetro Mínimo Da Xicara (83) mm; Altura Mínima Da Xicara de (60)mm; para Chá; Na Cor Branca; Sem Pires;	378026	4711297	Unidade	170	R\$ 24,51	R\$ 4.166,70
13	Prato Descartável; de Poliestireno Atóxico, Redondo; Com Diâmetro Mínimo de 210mm; e Profundidade Mínima de 10 Mm; Na Cor Branca, Raso, para Churrasco, Refeição, Festa; Sem Divisória, Sem Tampa; Acondicionado Em Embalagem Higiênica e Adequada Ao Produto;	372768	4296311	Pacote 10 unidades	290	R\$ 4,79	R\$ 1.389,10
14	Prato Descartável; de Poliestireno (ps), Redondo, Raso, de Sobremesa; Com Diâmetro Mínimo de 180 Mm; e Profundidade Mínima de 5 Mm; Na Cor Branca; Sem Divisão, Sem Tampa; Acondicionado Em Embalagem Que Garanta a Integridade do Produto	435573	3898377	Pacote 10 unidades	260	R\$ 11,11	R\$ 2.888,60
15	Garfo de Plástico; para Sobremesa; Em Poliestireno Natural(atóxico); Medindo No						

	Minimo 12,7cm de Comprimento, Peso (2,5 a 3)grs Cada Peca; Espessura Minima de (0,980)mm; Na Cor Branca	320167	3766446	Pacote 50 unidades	47	R\$ 5,19	R\$ 243,93
16	Colher de Plastico; Em Poliestireno, Atoxico, Transparente; Medindo No Minimo (17,0)cm; Com Capacidade Minima de (10)ml; Espessura Minima de (0,805)mm; Transparente(cristal);	339680	1737236	Caixa 1000 unidades	47	R\$ 63,16	R\$ 2.968,52
17	Dispenser P/copo; de Polipropileno Na Base do Dispensador e Bocal Saida Copo, Pvc Transparente No Tubo de Armazenamento; Tipo Tubo Vertical P/armazenar Copos Ivertidos (boca P/baixo) e Alavanca P/ Dispensar Copo; Com Capacidade Minima para 100 Copos de 180 a 200 Ml; Devera Ser Fornecido C/ Suporte P/ Fixar Na Parede	394879	2582678	Unidade	85	R\$ 52,22	R\$ 4.438,70
18	Faca de Plastico Ou Madeira; para Refeicao, Tipo Master; Em Poliestireno, Descartavel, Com Serrilha, Resistente; Medindo No Minimo 190 Mm de Comprimento; Espessura Minima de 20 Mm de Largura; Branca, Embalagem Que Garanta a Integridade do Produto;	401596	3898334	Pacote 500 unidades	05	R\$ 106,65	R\$ 533,25
19	Scumadeira; de Alumínio; Medindo No Minimo (500)mm, diametro(14)cm; Espessura Minima de (5)mm; Com Cabo Em Alumínio;	355387	1606522	Unidade	19	R\$ 42,90	R\$ 815,10
20	Concha; Feijao; Em Alumínio, tipo Hotel; Medindo No Mínimo (comp.43xdiam.14)cm; Espessura Mínima de 2mm; Com Cabo Em Alumínio; Sem Decoração;	339304	2085380	Unidade	19	R\$ 41,48	R\$ 788,12
21	Pegador; Em Aco Inox, Tipo Concha, Dentado e Vazado; para						

	Macarrão, Massas Diversas e Saladas; Medindo 29 Cm de Comprimento Total;	441331	4822900	Unidade	11	R\$ 9,83	R\$ 108,13
22	Pegador Universal; Em Aço Inox; para Frios, comprimento tamanho mínimo de 17cm;	441330	651273	Unidade	10	R\$ 10,47	R\$ 104,70
23	Taca/Tigela P/sobremesa; Em Vidro; Com Capacidade mínima para 170ml; Com Dimensao de (comp.240x35alt.)mm;	465892	1803697	Unidade	135	R\$ 3,90	R\$ 526,50
24	Frigideira; de Aço Inox; Revestida de Fundo Triplo; Capacidade Minima para 2,9 Litros; Com Diâmetro Minimo de 30 Cm; Altura Minima de 5 Cm; Com Espessura Minima de 2mm; Cabo de Aço Inox;	616098	6196004	Unidade	20	R\$ 443,96	R\$ 8.879,20
25	Frigideira; de Alumínio; Revestida de Teflon; Capacidade Minima para (10,0l); Com Diâmetro Minimo de (50,0cm); Altura Minima de (7,0cm); Com Espessura Minima de (2mm); Cabo de Duas Alcas de Alumínio; Sem Tampa;	442943	5114144	Unidade	18	R\$ 406,80	R\$ 7.322,40
26	Cacarola; de Alumínio; Com Capacidade Minima para (17,0l); Com Diâmetro Minimo de (36,0 cm); Altura Minima de (17,0cm); Com Espessura Minima de (3mm); Asa de Alumínio; Tampa Com Espessura Minima de (1,00 mm);	315516	1387421	Unidade	18	R\$ 145,40	R\$ 2.617,20
27	Panela de Pressao; de Alumínio Polido; Com Capacidade Minima para (15,0) Litros; Com Fechamento Externo; Contendo Valvula de Escape e Seguranca e Trava Desseguranca; Com Diâmetro Minimo de (26)cm; Altura Minima de (34)cm; Asa de Baquelite, Usada Como Apoio; Cabo de Baquelite; e Suas Condições Deverao Estar de Acordo Com a Nbr 11823/11;	424374	4128540	Unidade	6	R\$ 723,64	R\$ 4.341,84

28	Caldeirao; de Alumínio; Capacidade Mínima para 18,0 Litros; Com Diâmetro Mínimo de 30,0 Cm; Altura Mínima de 26,0 Cm; Com Espessura Mínima de 2mm; Asa de Alumínio; Tampa Com Espessura Mínima de 1mm;	306711	5398673	Unidade	5	R\$ 101,39	R\$ 506,95
29	Faca Manual P/cozinha; Em Aço Inox; Medindo No Mínimo 8"; Com Espessura Mínima de 1,6 mm; Cabo Em Polipropileno; Na Cor Branca;	455573	5399181	Unidade	20	R\$ 43,45	R\$ 869,00
30	Tabua P/manipulação; de Polietileno; Medindo No Mínimo (comp.50xlarg.30)cm; Com Altura Mínima de (1,5)mm; No Formato Retangular; Sem Cabo; Branca;	299061	2085631	Unidade	15	R\$ 116,69	R\$ 1.750,35
31	Assadeira; de Alumínio; Medindo No Mínimo (50 x 35)cm (cxl); Com Capacidade Mínima para (10,0l); Altura Mínima de (7,0cm); Com Espessura Mínima de (3,5 mm); Com Alça; Sem Tampa;	441335	1411365	Unidade	12	R\$ 139,28	R\$ 1.671,36
32	Colher de Madeira; de Eucalipto; Medindo No Mínimo 40 Cm; Tipo Oval; 40 Cm (c) x 5 Cm (l); Cabo Com Diâmetro Mínimo de 1.2 Cm;	294143	6163475	Unidade	24	R\$ 10,14	R\$ 243,36
33	Galheteiro; de Vidro Com Tampa de Aço Inox; Composto de 6 Recipientes Mais a Base; para Acondicionar Sal,vinagre, Azeite, pimenta,palito; Vidros Transparente,01 Base Redonda Em Aço Inox Com 15 Cm x 15 Cm x 16 Cm Altura; Acondicionado Em Embalagem Adequada;	372025	5358256	Conjunto 6 Recipientes	12	R\$ 166,39	R\$ 1.996,68
34	Coador; Flanela; Aro Metal e Cabo Madeira; Branca; Medindo (13x17)cm (comprimento x Profundidade); Acondicionado Em Embalagem Plástica; para Café;	244285	6011470	Unidade	50	R\$ 23,60	R\$ 1.180,00

35	Peneira; de Aço Inox; Com Diâmetro de 18 Cm; Com Borda de Aço Inox; Tipo Cônico, Contendo Cabo; para Coar Óleo de Fritura Ou Concentrado; Utilização de Uso Doméstico; Acondicionada Em Embalagem Adequada, de Modo a Não Ocorrer Danificações No Produto;	393526	3695620	Unidade	19	R\$ 15,31	R\$ 290,89
36	Peneira; de Nylon; Com Diâmetro de (180)mm; Com Borda de Polipropileno; Tipo Com Cabo e Suporte de Apoio Na Outra Lateral; para Separar Impurezas; Uso Doméstico; Acondicionada Em Embalagem Adequada;	617108	2083396	Unidade	12	R\$ 9,26	R\$ 111,12
37	Estilete; Cabo Em Base Metálica, Com Capa Externa Em Plástico Reforçado, Empunhadura Em Borracha; Lâmina de Aço Carbono, Guia de Aço Inox, Botão Metálico trava Lâmina, Dispositivo Quebra Segmento de Lâmina; Medindo 18mm Largura x 165mm Comprimento;	406914	5962641	Unidade	73	R\$ 20,93	R\$ 1.527,89

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 10 (dez) dias, contados da emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação. Subcontratação

1.8. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

### FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

#### **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Sustentabilidade:

4.1. Nesta licitação foram adotados, sempre que possível, itens com especificação contendo o Selo Socioambiental, criado por meio do Decreto Estadual 50.170/2005, conforme pesquisas realizadas na Bolsa de Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo (BEC).

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1. antes de oferecer lance durante a licitação dos materiais discriminados neste Termo Referencial, a Contratada deverá verificar os detalhes da descrição e características de cada item, devendo, a proponente, caso seja necessário, sanar eventuais dúvidas, omissões ou falhas cometidas na elaboração do presente Termo de Referência;

4.2.2. eventuais dúvidas, omissões ou discrepâncias constatadas pela proponente devem ser comunicadas por escrito de forma a serem sanadas oportunamente, principalmente aquelas que possam trazer embaraços ao perfeito desenvolvimento da licitação do objeto de aquisição;

4.2.3 havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar descrição técnica dos materiais ofertados, bem como marca e modelo.

4.2.4. os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.2.5. Se os materiais propostos pelo primeiro classificado não for aceito, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da descrição técnica e marca e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.2.6. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Garantia da contratação

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.



## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos materiais é de 10 (dez) dias, contados da emissão da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

#### 5.3.1. COMANDO DE POLICIAMENTO METROPOLITANO DE ÁREA DOZE

5.3.1.1 Endereço: RUA CORONEL SOUZA FRANCO, 1010, CENTRO, MOGI DAS CRUZES, SÃO PAULO /SP – CEP 08780-120

### 5.4. Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.4.2. Uma vez notificado, o Contratado realizará a substituição dos materiais que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação pela Contratante.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

#### Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

7.1. Os bens recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento definitivo pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

#### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

#### **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO**

### **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO. Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento dos materiais será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.4. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.3.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.3.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.7. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VIIA da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.9. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.10. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.11. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### Qualificação Econômico-Financeira

8.13. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.14. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.15. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#):

8.15.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.15.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.15.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.15.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.15.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.15.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.15.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O valor estimado total da contratação é de 106,166,21 (cento e seis mil, cento e sessenta e seis reais e vinte um centavos, conforme custos unitários inseridos na tabela 1.1.

9.2. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

## **11. CONSIDERAÇÕES**

11.1 VERSÃO DE MINUTA DE TR UTILIZADA

Administração Pública do Estado de São Paulo

Minuta Padronizada.

Análise Técnica: Subsecretaria de Gestão.

Exame jurídico: PGE

Modelo de Termo de Referência - aquisições – Licitação-

Versão atualizada em: 01/01/2026

## 12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**VINILSON DE FRANCA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 26/03/2026 às 15:19:17.*